

Aos trabalhadores da CARRIS

NOVEMBRO 2017

Assembleia da República ultrapassa veto de Marcelo e reafirma proibição de privatização da Carris e suas concessionadas

Como todos devem estar recordados, na sequência do Pedido de Apreciação Parlamentar do PCP, a Assembleia da República havia introduzido um conjunto de alterações ao Decreto-Lei de Municipalização, nomeadamente proibindo a privatização ou concessão da Carris ou das suas participadas, bem como um conjunto de outras alterações que apontavam para o reforço dos direitos dos trabalhadores e para a necessidade de uma articulação metropolitana da rede de transportes. O Presidente da República, tal como se estava à espera, vetou essas alterações em Julho. Agora, no dia 4 de Outubro, a Assembleia da República, que é quem detém o poder legislativo, voltou a reafirmar as alterações antes aprovadas, sem que o Presidente da República as possa vetar uma Segunda vez.

Mais uma vez a vida confirma que vale a pena lutar, e que o PCP falava verdade quando disse que valia a pena avançar para a Apreciação Parlamentar do Decreto-Lei de Municipalização.

Complementos de Reforma

A publicação pelo Governo do Decreto-Lei 95/2017 que transfere o pagamento dos complementos de reforma da Carris para a Caixa Geral de Aposentações deixou muitos trabalhadores da Carris preocupados.

O Grupo Parlamentar do PCP reuniu com as ORT da Carris, que lhe solicitaram para chamar esse Decreto à Apreciação Parlamentar.

Cumprindo esse compromisso, o PCP apresentou o Pedido de Apreciação Parlamentar 46/XIII, e no dia 20 de Outubro iniciou-se, em plenário, a apreciação do decreto-lei..

O PCP apresentou propostas de alteração: que clarificavam o texto apresentado, salvaguardando os direitos dos trabalhadores; que rejeitavam a imperatividade; que anulavam a retirada de acesso ao Fundo Especial aos novos trabalhadores.

Mas principalmente foi aberta mais uma oportunidade para que os trabalhadores da Carris e suas organizações representativas possam contribuir para a salvaguarda dos direitos dos trabalhadores e reformados.

REVOLUÇÃO DE OUTUBRO
CENTENÁRIO DA
REVOLUÇÃO DE OUTUBRO

SOCIALISMO
EXIGÊNCIA DA ACTUALIDADE
E DO FUTURO

COMICIO

7 NOV. (TERÇA FEIRA) • 21H • COLISEU • LISBOA

INTERVENÇÃO DE JERÓNIMO DE SOUSA
SECRETÁRIO-GERAL DO PCP

MOMENTO CULTURAL
POR:

**FAUSTO NEVES • MANUEL PIRES DA ROCHA • HUGO BRITO • CARLOS CANHOTO
CATARINA MOURA • LUÍS PEDRO MADEIRA • GONÇALO LEONARDO
RUI LÚCIO DAS NEVES • TIAGO SANTOS • OLEG CHUMAKOV**

PCP
Período Com
WWW.PCPT.PT

O Orçamento de Estado para 2018: valorizar os avanços, criticar o que está mal, lutar pela plena satisfação das justas reivindicações dos trabalhadores!

Assumindo o objectivo de prosseguir a recuperação e conquista de direitos, o PCP aponta aos trabalhadores da Carris quatro objectivos de luta para o próximo Orçamento de Estado: aumentar os rendimentos dos trabalhadores e reformados; reduzir a carga fiscal sobre os trabalhadores; continuar a recuperação de direitos roubados; garantir o fim das restrições ao funcionamento das empresas públicas e o regresso do investimento ao sector.

São medidas possíveis e necessárias, que manteriam a política de recuperação de rendimentos que até tem alimentado o crescimento económico e reverteriam uma parte maior desse crescimento a favor dos trabalhadores e do povo português.

Depois de conhecida a proposta de Orçamento de Estado apresentada pelo Governo, importa verificar quais os ganhos para os trabalhadores, quais as medidas negativas e apontar as reivindicações que devem ser apresentadas e se possam transformar em novas conquistas para os trabalhadores.

Recuperação de rendimentos: valorizamos que a proposta de Orçamento alargue a toda a Administração Pública a reposição das progressões na carreira (mas com os incrementos salariais que daí advenham a só serem devolvidos faseadamente nos próximos 2 anos); **mas rejeitamos frontalmente o facto do Governo pretender manter o congelamento salarial e a proibição de progressões remuneratórias**, o que implicaria que os trabalhadores da Carris chegassem a 2019 com os salários de 2009!!!

Redução da carga fiscal sobre os trabalhadores: apesar de representar uma redução da carga fiscal para os rendimentos do trabalho (a que o PCP não é alheio), essa redução ficará muito abaixo do possível e necessário para repor alguma justiça na distribuição da carga fiscal entre o trabalho e o capital; também nesta matéria, o PS continua a revelar-se incapaz de afrontar os interesses do grande capital.

Recuperação de direitos: valorizamos que o Orçamento confirme a plena reposição da contratação colectiva para o Sector Empresarial do Estado, tal como já estava previsto no OE para 2017; mas é incompreensível que mantenha um conjunto de roubos de direitos para os trabalhadores que não estão abrangidos pela contratação colectiva.

Entrada dos trabalhadores em falta nos sectores operacionais: a proposta de Orçamento mantém uma política restritiva da entrada de trabalhadores para o SEE, a mesma política que tanto tem degradado a capacidade de resposta operacional, com a crescente pressão para alargar ainda mais o recurso à prestação de serviços e à precariedade.

Apesar de alguns avanços, para os quais foram determinante a intervenção do PCP e a luta dos trabalhadores, é necessário ainda tudo fazer e lutar para que esta proposta de Orçamento de Estado seja melhorada e alterada na Assembleia da República (onde vai estar em discussão até 24 de Novembro). **O PCP, como sempre, apresentará as propostas concretas de alteração que se impõe. Mas não pode haver ilusões: só a luta dos trabalhadores poderá obrigar o PS e o seu Governo a recuar e a ceder às justas aspirações dos trabalhadores.**

O grande capital leva meses de pressão e chantagem para que se acabe com qualquer recuperação de rendimentos dos trabalhadores. Utiliza para tal as instituições que domina: a União Europeia, o BCE, o FMI, a CIP e a CAP, a Comunicação Social e os seus bem pagos comentadores. Recentemente, até o drama dos incêndios serviu a alguns para exigir que fossem (mais uma vez!) os trabalhadores a pagar a factura. **Não pode haver ilusões:** as limitações deste Orçamento de Estado são bem o espelho de como se mantém os compromissos do PS com o grande capital; só a actual correlação de forças e a árdua e persistente intervenção do PCP, tem permitido alguma recuperação de rendimentos ou direitos, ainda que limitada; e só a luta dos trabalhadores garantirá que o Governo do PS não cederá à pressão do grande capital, e que antes pelo contrário, novas e justas medidas a favor dos trabalhadores ainda possam ser incorporadas ao Orçamento de Estado.

É pois à luta dos trabalhadores que o PCP apela. Apelamos à participação de todos na manifestação nacional que a CGTP-IN promove em Lisboa no próximo dia 18 de Novembro, cujo objectivo é, entre outras questões igualmente essenciais como a necessidade de rever as normas gravosas do Código de Trabalho, exigir que o Orçamento de Estado para 2018 atenda às reivindicações dos trabalhadores.

Luta por alterar a proposta de OE 2018:

É possível e necessário permitir as valorizações remuneratórias e acabar com as restrições à contratação de trabalhadores!